



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro  
Programa de Aceleração do Crescimento

## TERMO DE REFERÊNCIA

**IMÓVEL:**

UNIDADE CEU DA CULTURA – NÚCLEO BÁSICO EDIFICADO DE JAPERI/RJ.

**ENDEREÇO:**

AV MARQUÊS DE SÃO MARCOS, S/Nº, NOVA BELÉM – CEP: 26.433-260.

**MUNICÍPIO:**

JAPERI/RJ.

**CÓDIGO DO IMÓVEL:**

12.118.002.

**PROPOSTA:**

P125/2025 - SISTEMA PLENO, e D125/2025 - SISTEMA DESONERADO.

**ORÇAMENTOS:**

SISTEMA PLENO – P125.001/25 a P125.017/25.

SISTEMA DESONERADO – D125.001/25 a D125.017/25.

**ORÇAMENTISTA:**

RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS – ID – 4271238-6

**NATUREZA DOS SERVIÇOS:**

CONSTRUÇÃO.

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação para CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE CEU DA CULTURA – NÚCLEO BÁSICO EDIFICADO DE JAPERI/RJ – PROJETO PADRÃO ELABORADO E FORNECIDO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA COM IMPLANTAÇÃO DE ÁREA TOTAL PROJEÇÃO DA EDIFICAÇÃO 363,90 M2., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**1.2.** O objeto da licitação refere-se a execução da CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE CEU DA CULTURA – NÚCLEO BÁSICO EDIFICADO DE JAPERI/RJ – PROJETO PADRÃO ELABORADO E FORNECIDO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA, localizado na AV MARQUÊS DE SÃO MARCOS, S/Nº, NOVA BELÉM – CEP: 26.433-260, no município de JAPERI/RJ, Atendendo as Normas Técnicas vigentes como a NBR-9050 e RDC-50.

**1.3.** Os serviços previstos nesta Proposta estão relacionados no item 27, deste Projeto Básico (Termo de Referência).

## 2. TIPO DE CONTRATAÇÃO

### 2.1. Critério de Julgamento:

O critério de julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos nesta proposta.

### 2.2. Regime de Execução:

Será adotado o regime de execução de empreitada por Preço Unitário, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

### 2.3. Modo de disputa: ( X ) Fechado ( ) Aberto

## 3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

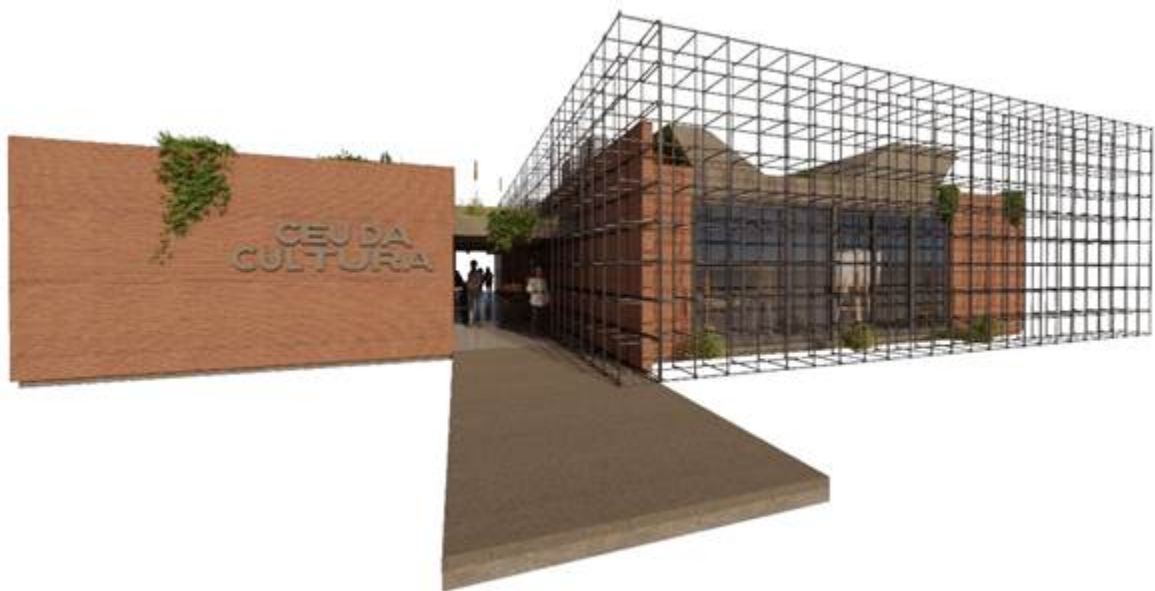
O programa "CEUs da Cultura" faz parte do Novo PAC e visa construir centros culturais comunitários, especialmente em áreas de vulnerabilidade socioeconômica. O equipamento é modular, com espaços para arte, esporte, educação, trabalho e renda, podendo ser customizados com a participação da população local. O objetivo é democratizar o acesso à cultura, promover a diversidade e fortalecer o tecido social nas comunidades.



**Núcleo Básico – CEU da Cultura**



Planta de Implantação adaptado ao terreno



#### **4. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL**

##### **4.1. LOCALIZAÇÃO:**

AV MARQUÊS DE SÃO MARCOS, S/Nº, NOVA BELÉM – CEP: 26.433-260.

##### **4.2. ESPECIFICAÇÕES:**

Imóvel Novo, conforme Projetos de Arquitetura:

Área do terreno: 1.731,75 m<sup>2</sup>

Área total construída: 363,90 m<sup>2</sup>

O projeto contempla uma edificação em único pavimento, com quatro blocos de atividades específicas.

#### **5. DOS PRAZOS**

**5.1.** O prazo de vigência do contrato é de 390 (trezentos e noventa) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato e a execução da emissão da ordem de início que se dará em até 15 dias da assinatura do contrato.

**5.2.** O prazo para a execução dos serviços é de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos e ininterruptos contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, respeitando-se o prazo de execução da obra contemplado no cronograma físico-financeiro que acompanha esse instrumento.

**5.3.** No caso de se registrar algum óbice impeditivo para emissão da Ordem de Início dos Serviços, tal fato deverá ser plenamente justificado no processo SEI desse instrumento contratual.

#### **6. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

Conforme projeto padrão “CEU DA CULTURA – NÚCLEO BÁSICO EDIFICADO - NBE00, elaborado e disponibilizado pelo Ministério da Cultura, incluindo as disciplinas de Arquitetura (ARQ), Estrutura (EST), Instalações Hidrossanitárias (HDS), Elétricas (ELE), Mecânicas (MEC), Dados (DAD), Proteção Contra Incêndio (PCI), Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas (SPDA) e complementares. Os projetos estão indicados abaixo com os devidos links.

PROJETOS ELABORADOS MinC - CEU

[https://drive.google.com/drive/folders/1qVi58lhXhcibhOVXaFZZjab\\_Mvd8VWmh?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1qVi58lhXhcibhOVXaFZZjab_Mvd8VWmh?usp=sharing)

PROJETOS ELABORADOS PELA EMOP – JAPERI

<https://drive.google.com/drive/folders/1rz140-dq8zE4McEeYQ9pBgAKohwZagfr?usp=sharing>

O escopo dos serviços compreende:

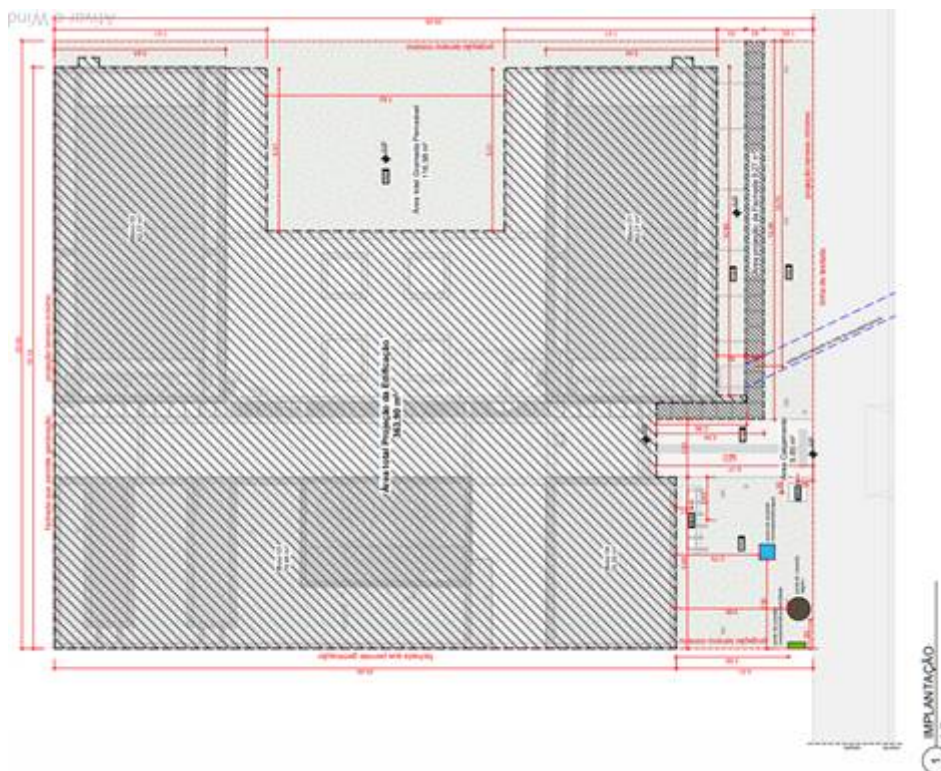
##### **6.1. Implantação e Caracterização Geral**

Implantação em terreno com área total de 1.731,75 m<sup>2</sup>, com área de projeção da edificação de 363,90 m<sup>2</sup>.

A implantação é composta por 4 Blocos (01 a 04), interligados por circulação coberta, acrescidas de três áreas: calçamento na testada do lote, projeção da fachada por uma estrutura metálica em grid próximo ao Bloco 01, e área gramada permeável em frente ao pátio coberto e cantina.

O piso da edificação está posicionado em 26 cm acima do nível da testada (divisa do terreno com a calçada

pública), permitindo a inclinação da calçada de acesso sem caracterizá-la como rampa, conforme a NBR 9050.



## 6.2. Arquitetura

execução de 04 Blocos conforme projeto de implantação, compostos em:

BLOCO 01 – ÁREA DE 62,27 M2, DUAS SALAS, INCUBADORA CULTURAL E SALA DE MULTIUSO/ESTÚDIO DE GRAVAÇÃO.

BLOCO 02 – ÁREA DE 62,27 M2, BIBLIOTECA.

BLOCO 03 – ÁREA DE 79,48 M2, BANHEIROS FEMININO E MASCULINO, VESTIÁRIO DE SERVIÇO, CANTINA E ESTÚDIO.

BLOCO 04 – ÁREA DE 24,20 M2 – ACERVO TÉCNICO E SECRETARIA /RECEPÇÃO.

DETALHE – EM GRID DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO GALVANIZADO PRESENTE NA FACHADA E AO LONGO DO RASGO ZENITAL DA COBERTURA.

Aplicação de critérios de acessibilidade universal conforme NBR 9050, com instalação de piso tátil, sanitários acessíveis, sinalização visual e tátil;

Adoção de diretrizes de conforto ambiental e sustentabilidade, incluindo ventilação cruzada, iluminação natural, cobertura verde.

## 6.3. Sistema Construtivo

Fundação em Estaca Raiz de d=300mm com capacidade de carga de 50,0t, com blocos e baldrames, definida com base na sondagem realizada;

Estrutura composta por concreto armado moldado in loco, com pilares, vigas e laje de cobertura, inclusive execução dos Sheds ou aberturas zenitais de captação de luz natural, conforme especificações técnicas do projeto;

O sistema de cobertura é composto por laje em concreto armado de 17cm, com vigas invertidas, com acabamento do fundo da laje em concreto aparente com aplicação de camada de silicone a base de água em todos os ambientes. A laje recebe um sistema ajardinado, com várias camadas incluindo regularização, impermeabilização, drenagem, substrato de terra e cobertura vegetal. As áreas da cobertura que possuem a laje de concreto aparente, serão impermeabilizadas com aplicação de camada de poliuréia.

Vedação vertical em alvenaria de blocos cerâmicos; em todas as paredes externas aplicadas uma camada de revestimento de meio tijolo maciço, que protege o miolo de bloco cerâmico, seguido do reboco padrão e o respectivo acabamento no interior dos ambientes, para amenizar as trocas térmicas; nas execuções das



faces externas será aplicado chapisco mais camada de até 2,5 cm de emboço somado com bloco cerâmico maciço ½ peça (4,5 x 5 19 cm) conforme projeto;

Os revestimentos internos das paredes variam basicamente entre dois tipos: Pintura acrílica branco neve sobre massa corrida aplicada em reboco, ou Revestimento cerâmico tipo Azulejo 20x20cm, cor branco, nas áreas molhadas;

#### **6.4. Elementos Construtivos e Acabamentos**

Revestimentos internos e externos com pintura acrílica, azulejos e demais acabamentos conforme projeto;

Os pisos da edificação se resumem a dois tipos, o piso de Granitina moldada in loco polida (e=8mm), cor cinza (granilha nº 0 (cinza 70% + branca 30%) com juntas de dilatação em perfis plásticos 7x3mm com modulação de 135 cm, aplicada sobre contrapiso; e o piso Porcelanato 80x80cm com borda retificada, acabamento natural, assentamento com junta seca, a ser aplicado nas áreas molhadas do projeto (Cantina, Vestiário de Funcionários e Banheiros, conforme projeto);

Pisos táteis direcionais e de alerta, perceptíveis por pessoas com deficiência visual, o projeto prevê a localização para um mapa tátil de orientação;

As esquadrias se dividem em 3 tipos: portas de madeira com miolo maciço; portas de enrolar metálicas; e esquadrias de alumínio linha 30 anodizado na cor preta, com vidros laminados 8mm, definidas nos projetos, inclusive 4 elementos funcionando como clarabóias; as áreas envidraçadas voltadas para o pátio interno, recuadas e protegidas por beirais;

Louças sanitárias, metais, acessórios, bancadas em granito, divisórias, conforme especificações padronizadas pelo projeto.

#### **6.5. Instalações Prediais**

Instalações hidrossanitárias: sistema de água fria com reservatório elevado, rede de esgoto sanitário com sistema de coleta, ventilação e destino adequado (individual ou coletivo),

Instalação das águas pluviais da cobertura terá caimentos aplicados na camada de regularização do sistema de cobertura, com inclinação mínima de 0,5%, para drenar as águas através de um sistema de furos nas vigas invertidas, captando nos pontos de descida para coleta conforme projeto, e que se dividem em 03 tipos: 1 -Furos na laje de concreto e 2 – Gárgulas projetadas para fora do perímetro da cobertura, com prumadas de descida em PVC enrijecido aparente, conectando-se a uma caixa de passagem, com destino final por uma calha central de drenagem, que cruza a edificação, com tampa perfurada para captação de água de lavagem do piso; O último tipo de ponto de descida de água são as Gárgulas (bandeja de concreto) ladrão, localizadas em pontos estratégicos, que não estão conectadas com a drenagem pluvial da edificação, para casos emergenciais onde houver saturação dos outros pontos de coleta, jogando a água para o gramado;

Sistema de gás GLP com abrigo específico;

Instalações elétricas: rede de alimentação, distribuição, iluminação interna e externa, tomadas e quadros de distribuição conforme normas técnicas e projeto executivo;

Cabeamento estruturado: rede lógica, telefonia e pontos de rede com infraestrutura apropriada;

Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA): conforme NBR 5419, com aterramento e dispositivos de proteção;

Sistema de prevenção e combate a incêndio, extintores e demais itens conforme legislação vigente e projeto específico aprovado pelo Corpo de Bombeiros;

Instalações mecânicas: previsão e infraestrutura para instalação de ar-condicionado para unidades condensadoras individuais;

#### **6.6. Serviços Complementares**

Serviços preliminares de terraplanagem e regularização do terreno.

Execução de cobertura vegetal com grama do tipo batatais, em área residual do terreno conforme projeto;

Instalação de um mobiliário urbano, bicicletário, suporte para apoio de bicicletas em tubo de aço galvanizado;

#### **6.7. Normas e Diretrizes**

Todos os serviços deverão seguir rigorosamente:

As normas da ABNT aplicáveis;

Diretrizes técnicas do MinC; Memorial Descritivo Arquitetura e demais documentos complementares ao

projeto padrão;

Leis, decretos e regulamentações federais, estaduais e municipais;

## 7. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

7.1. A Planilha Orçamentária a que se refere este Projeto Básico (TR) tem como data base o mês de AGOSTO de 2025.

### Observações:

1. A medição dos itens constantes dos Orçamentos P125/2025 e D125/2025 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas Pleno e Desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão-de-obra empregada na execução dos serviços;
2. O item de "Administração Local", previsto no código 01.090.1051-6 do Orçamento P125.001/2025 (Sistema Pleno), e no código 01.090.1051-G do Orçamento D125.001/2025 (Sistema Desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado nos Orçamentos nº P125/2025 e nº D125/2025.

## 8. REAJUSTE DE PREÇO

8.1. Os valores contratados dos serviços não medidos poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta pela licitante, de acordo com o índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P_0$$

Onde:

**R** = Valor do reajustamento

**I<sub>0</sub>** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês de apresentação da proposta pela licitante.

**I** = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, referente aos serviços especificados e relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta pela empresa licitante.

**P<sub>0</sub>** = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela empresa Licitante.

8.2. O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

8.3. Caso não requerido o reajuste, pelo CONTRATADO, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da anualidade, perde-se o direito ao reajustamento em relação às parcelas executadas neste período, razão pela qual os efeitos financeiros passarão a contar da data do seu requerimento.

8.4. Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês de referência da proposta apresentada CONTRATADA (I<sub>0</sub>).

8.5. A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa do CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

8.6. Somente será objeto de reajuste o valor remanescente e ainda não pago.

8.7. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da tabela EMOP mais atualizada até a data de aniversário da respectiva anualidade, exclusivamente para as parcelas da obra/serviço remanescentes, ou seja, aquelas cuja execução se inicie após a anualidade, e ainda não pagas.

## 9. GARANTIA

9.1. A CONTRATADA apresentará, até a data estabelecida para assinatura do instrumento contratual, comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no art. 183 do RLC/EMOP e art.70 da Lei nº 13.303/2016, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade até o término da vigência contratual, devendo, se necessário, ser renovada a cada prorrogação.

9.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**9.3.** Nos casos de complementação ou recomposição do valor da garantia, será dado o prazo de 03 (três) dias úteis à contratada, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## **10. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO**

**10.1.** Considerando a natureza dos serviços previstos na obra ou serviços de engenharia, bem como suas especificidades e considerando inexistir complexidade executiva, fica vedada a participação de Consórcios.

## **11. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**11.1.** Não se vislumbra o Parcelamento do objeto deste Projeto Padrão. Diante da natureza dos serviços previstos, a atuação de mais de uma empresa contratada poderá ensejar transtornos logísticos, executivos e operacionais com reflexos indesejáveis ao desenvolvimento do objeto, podendo, até mesmo, inviabilizar a sua execução.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Só será admitida a Subcontratação de partes da obra, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato.

**12.2.** É vedada a Subcontratação de empresa ou Consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

**12.3.** A Subcontratação será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos inerentes a sua qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Toda a documentação pertinente à pretendida subcontratação deverá ser encaminhada para análise e aprovação da CONTRATANTE.

**12.4.** Os pagamentos aos sub-contratados serão realizados diretamente pela CONTRATADA, ficando vedada a emissão de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

**12.5.** A Subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integralmente responsável pela execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, eximindo a EMOP de qualquer responsabilidade e/ou ônus previamente decorrente de ação da subcontratada.

## **13. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

**13.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas a sustentabilidade ambiental, em especial o Decreto Estadual nº 43.629/2012 e art. 32 da Lei nº 13.303/2016.

### **13.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

**13.2.1.** A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ou dispensa ambiental, junto aos órgãos do Município ou do Estado.

**13.2.2.** A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:

- i. Otimização de recursos materiais;
- ii. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- iii. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- iv. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva;
- v. Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil.

## **14. VISITA TÉCNICA**

**14.1.** Os interessados poderão agendar visita física para realização de vistoria técnica, na forma do Edital de

Licitação. As visitas físicas para a realização de visita técnica deverão ser agendadas isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

**14.2.** O licitante que optar pela não realização da visita técnica, apresentará declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penas da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham onerar a Administração.

**14.3.** Necessário a formalização de declaração de quem participou da visita técnica, tanto da área técnica demandante quanto da empresa *licitante*.

## 15. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

### 15.1. Cabe à CONTRATADA:

- a) Manter atualizados todos os documentos de habilitação e licenças para funcionamento;
- b) Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis;
- c) Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;
- d) Assumir a responsabilidade exclusiva, sem ônus para a CONTRATANTE, por quaisquer danos e degradações diretas ou indiretas, porventura causadas ao meio ambiente ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços especificados no presente Projeto Básico;
- e) Deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (CREA) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT (CAU) por parte, tanto da obra contratada quanto dos responsáveis técnicos pela obra bem como pela empresa (cláusula 20, XVIII e XXVI).

## 16. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

**16.1.** Dentre os diversos itens necessários para execução do objeto, destaca-se o item com maior percentual, sendo de parcela de maior relevância técnica, para os quais a vencedora do certame deverá apresentar a(s) seguinte(s) atividade(s), de características semelhantes, comprovada(s) por meio de CAT ou ART/RTT, conforme inciso II do art. 58 da Lei nº 13.303/2016:

Item	Descrição	Unidade	Quant. Mínima (17.1.3)
1	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA.	M2	194,01
2	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, COM DUAS CAMADAS TRANSVERSAIS ESPESSURA 6MM (3MM X 2 CAMADAS), APLICAÇÃO À QUENTE INCLUSIVE ADITIVO QUE INIBE PERFURAÇÃO CAUSADA PELO CRESCIMENTO DE RAÍZES.	M2	160,14
3	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	45,43



4	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	M2	221,50
5	PORTA DE ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, DE CORRER – 3 FOLHAS (02 DESLIZANTES x 01 FOLHA FIXA), LINHA 30, VIDRO LAMINADO 8MM (2x4MM) INCOLOR, NAS MEDIDAS DE 3,30 x 2,70M, INCLUSIVE BATENTES E FECHADURA.	M2	13,36
6	ESTACA RAIZ PERFURADA NO SOLO COM D = 30 CM.	M	144,00

## 17. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, EQUIPAMENTOS, EQUIPE.

### 17.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

**17.1.1.** Prova de possuir, na data da licitação, atestado(s) de capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes, averbado(s) pelo CREA, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional - CAO, que comprove(m) ter a empresa licitante executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, conforme quadro abaixo.

**17.1.2.** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, mediante a comprovação da licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal, ou ainda, para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, nas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo a saber:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Mínima
1	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM MANTA ASFALTICA, COM DUAS CAMADAS TRANSVERSAIS ESPESSURA 6MM (3MM X 2 CAMADAS), ASFALTO ESTRUTURADO COM NAO TECIDO + POLIMEROS. APLICACAO A QUENTE INCLUSIVE ADITIVO QUE INIBE PERFURACAO CAUSADA PELO CRESCIMENTO DE RAIZES. FORNECIMENTO E COLOCACAO.	M <sup>2</sup>	160,14
2	FABRICAÇÃO DE FRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E=18MM	M <sup>2</sup>	194,01
3	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJESMACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	M <sup>3</sup>	45,43

4	ALVENARIA DE VEDACAO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSUA 9CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	M²	221,50
---	--	----	--------

**17.1.3.** As quantidades do quadro 16.1 constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

## **17.2. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO**

**17.2.1.** A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO PADRÃO/MinC e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

**17.2.2.** As obras objeto deste PROJETO PADRÃO/MinC serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

**17.2.3.** A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até a conclusão dos serviços objeto do contrato. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita a qualquer momento pela CONTRATADA, desde que o mesmo seja substituído por outro com igual lastro de experiência e capacidade técnica, cuja concordância ficará a exclusivo critério da CONTRATANTE.

**17.2.4.** Equipamentos:

Não se aplica.

**17.2.5.** Equipe:

Não se aplica.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **18.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;

II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;

IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas;

V. objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.

VI. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

VII. Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

- VIII. Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;
- IX. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados;
- X. Acompanhar e fiscalizar a execução da obra, inclusive por meio do sistema TransfereGov, garantindo que as etapas sejam devidamente registradas e documentadas pela Contratada;
- XI. Validar, analisar e aprovar, quando cabível, as informações e documentos inseridos na plataforma TransfereGov, observando os prazos e as exigências definidas no convênio ou termo de compromisso;
- XII. Assegurar que os fluxos de tramitação no TransfereGov ocorram de forma regular, incluindo análise de boletins de medição, documentos financeiros, físicos e demais exigências da prestação de contas.

## **19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **19.1. Constituem obrigações da contratada:**

- I. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho; manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- IV. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos; Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- V. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VI. Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- VII. Estar devidamente cadastrada e habilitada na plataforma TransfereGov, vinculando-se ao respectivo convênio, termo de compromisso ou instrumento congênere relacionado à presente obra;
- VIII. Realizar as tramitações, registros, atualizações e envio de documentos inclusive por meio da plataforma TransfereGov, observando os prazos, orientações técnicas e normativas estabelecidas pelos órgãos de controle e pela concedente dos recursos;
- IX. Manter atualizadas, dentro do sistema, as informações referentes à execução física e financeira da obra, incluindo medições, relatórios fotográficos, notas fiscais, boletins de medição, cronogramas, termos de recebimento e demais documentos obrigatórios;
- X. Garantir a conformidade das informações prestadas no sistema, responsabilizando-se por eventuais inconsistências, omissões ou descumprimentos que possam comprometer a liberação de recursos ou a aprovação da prestação de contas.
- XI. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- XII. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

- XIII. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- XIV. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- XV. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;
- XVI. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;
- XVII. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;
- XVIII. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra; na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007;
- XIX. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
- XX. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE;
- XXI. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
- XXII. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
- a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
  - b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra;
  - c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XXIII. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XXIV. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
- XXV. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991; em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016;
- XXVI. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.

XXVII. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução Nº307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

XXVIII. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

XXIX. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC;

XXX. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:

- a) Otimização de recursos materiais;
- b) Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva;
- d) Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;

XXXI. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;

XXXII. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC;

XXXIII. A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC, antes, durante, e após a execução (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;

XXXIV. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Ordem de Obras e Serviços que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Livro de Ordem, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:

- a) dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
- b) as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
- c) as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
- d) os relatos de visitas do responsável técnico;
- e) o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
- f) orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
- g) acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
- h) nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas; quando não há restrição no presente PROJETO PADRÃO/MinC.

XXXV. Na execução dos diversos serviços objeto do presente PROJETO PADRÃO/MinC, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas reguladoras, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Norma Brasileira - NBR, específicas para cada natureza e tipo de serviço.

## **20. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**20.1.** A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerenciada por uma Comissão de Gestão e Fiscalização a ser designada, através de Portaria, pelo Diretor-Presidente da EMOP, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA.

**20.2.** A Comissão de Gestão e Fiscalização deverá adotar providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

**20.3.** No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela CONTRATADA e mantido no local dos serviços, a Comissão de Gestão e Fiscalização deverá anotar:

- a) O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
- b) O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
- d) As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
- e) As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- f) A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
- h) Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

19.4. A Comissão de Gestão e Fiscalização deverá executar, mensalmente, a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

## **21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

**21.1.** A medição será executada mensalmente, após a aferição pela Comissão de Gestão e Fiscalização quanto à realização das etapas e serviços.

**21.2.** O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

**21.3.** Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, em conformidade com o presente Projeto Básico.

**21.4.** A CONTRATANTE só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nos serviços aprovados pela Comissão de Gestão e Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

**21.5.** Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Comissão de Gestão e Fiscalização quanto aos produtos apresentados.

## **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**22.1.** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a EMOP, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos, observada a gravidade da irregularidade.

**22.2.** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**22.3.** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

**22.4.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.



**22.5.** A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

**22.6.** A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 23.1 será imposta pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ.

**22.7.** A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “d” do item 21.1 deste capítulo, serão impostos pelo Diretor-Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Cidades, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**22.8.** A referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

**22.9.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

## **23. MATRIZ DE RISCOS**

**23.1.** A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico obedecerá aos seguintes critérios:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>Descrição do Evento Causador do Risco</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Consequência na Execução do Objeto</b>	<b>Responsável pelo Tratamento do Risco</b>
Operacional	Fatos retardadores ou que impeçam a execução do Contrato.	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre tratamento de impedimentos para execução e resolução de conflitos.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a SEEDUC caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da CONTRATADA.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP-RJ E CONTRATADA

Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de Cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SEEDUC da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP-RJ
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da SEEDUC.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SEEDUC necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP-RJ
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviço	Treinamento da Mão-de- Obra, Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial	CONTRATADA

## 24. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

**24.1.** O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com a Resolução CONFEA nº 361/1991, combinado com a Decisão Normativa CONFEA nº 106 de 17/04/2015, a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP/RJ e o Decreto Estadual nº 46.188/2017 e 46.642/2019.

**24.2.** Os serviços serão executados em estrito atendimento às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnica, normas internacionais equivalentes, normas de Segurança do Trabalho e normas da EMOP, entre outras:

- \* Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- \* Código, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- \* Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros - CBMERJ, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- \* Normas brasileira elaboradas pela ABNT, regulamentadas pelo INMETRO;
- \* Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- \* Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.
- \* NOVO PAC CEU DA CULTURA Memorial Descritivo – MinC.;

## 25. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**25.1.** Cabe à empresa licitante estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

**25.2.** O percentual de BDI apresentado pelas empresas licitantes deve ser apresentado com 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

## 26. AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E O ACEITE DO OBJETO

**26.1.** O objeto será recebido provisoriamente, mediante emissão pela Comissão de Gestão e

Fiscalização/EMOP do Termo de Recebimento Provisório de Obra ou Serviço, assinado pela contratada e representantes da EMOP (Fiscal e Gestor de Obra), em até 15 (quinze) dias da comunicação formal do contratado, protocolizado no Protocolo/EMOP;

**26.2.** O objeto será recebido definitivamente, mediante emissão pela EMOP do Termo de Recebimento Definitivo de Obra ou Serviço, assinado pela contratada e representantes da EMOP (Fiscal e Gestor de Obra), após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento provisório.

**26.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

**26.4.** No caso de obras e serviços de engenharia, o órgão demandante e descentralizador de recursos receberá o objeto do contrato através do Termo de Recebimento de Obra ou Serviço pelo Cliente, a ser emitido pela EMOP, através da Comissão de Gestão e Fiscalização e pelo representante do órgão descentralizador de recursos. Em se tratando de obras de construção de prédios novos, junto com o mencionado termo será efetuada a entrega das chaves.

**26.5.** Os custos relativos a ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais vigentes para a boa execução do objeto do contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

**26.6.** A EMOP rejeitará, no todo ou em parte, a obra, o serviço ou o fornecimento que estiver executado em desacordo com o contrato.

## **27. INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO (TR), PARA TODOS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

Especificação Técnica;

Sondagem;

Planilha orçamentária;

Cronograma Físico – Financeiro;

Lista de projetos:

- Projetos elaborados pela EMOP – JAPERI: Segue o link

<https://drive.google.com/drive/folders/1rz140-dq8zE4McEeYQ9pBgAKohwZagfr?usp=sharing>

- Projetos elaborado MinC - CEU DA CULTURA: Segue o link

[https://drive.google.com/drive/folders/1qVi58lhXhcibhOVXaFZZjab\\_Mvd8VWmh?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1qVi58lhXhcibhOVXaFZZjab_Mvd8VWmh?usp=sharing)

## **28. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

**Carlos Eduardo Durão Magalhães**

Comissão Gestora do NOVO PAC

Id.Funcional nº 3232298-4

**Edwaldo Lameira Novaes**

Comissão Gestora do NOVO PAC

Id.Funcional nº 293567-5

**Miriam Gleitzmann**

Comissão Gestora do NOVO PAC

Id.Funcional nº 4412265-9

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Durao Magalhães, Engenheiro**, em 18/11/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Gleitzmann, Coordenadora**, em 18/11/2025, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **119070848** e o código CRC **7000ADB5**.

---

Referência: Processo nº SEI-330003/002719/2025

SEI nº 119070848

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440  
Telefone: